

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer e parabenizar os organizadores do evento, e particularmente três mulheres amigas e companheiras de lutas ítalo-mineiras: Giusi Zamana, Silvia Alciati e Joana Lima. Agradeço também aos Professores Emilio Franzina e Dimitri Fazito pelo convite a participar de uma mesa tão prestigiosa e desafiante. Agradeço também à CGIL e ao Patronato Inca que, em função de um meu compromisso no Rio de Janeiro, financiaram minha passagem e estadia em Belo Horizonte.

MIGRAÇÕES, INFLUÊNCIAS POLÍTICAS E HIBRIDISMOS CULTURAIS ENTRE BRASIL E ITÁLIA

Giulio Mattiazzi

Falar de “Migrações, influências políticas e hibridismos culturais entre Brasil e Itália” significa muito para mim que sou em boa medida um efeito dessas três coisas reunidas. Significa também falar não somente de estados nacionais, mas de blocos geopolíticos e culturais, como podem ser considerados inteiros continentes como a Europa e a América Latina; significa, enfim, tentar articular uma representação a partir da *História do pensamento político contemporâneo*; no entanto, irei utilizar algumas ferramentas interdisciplinares, e particularmente da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

Permitam-me antes de tudo uma breve premissa sobre a ideia de discutir alguns aspectos das relações entre pensamentos, culturas e ações políticas entre Europa e América Latina. Acho importante deixar registrada esta experiência pessoal vivida na infância, quando morava na província de Veneza, às margens do polo industrial e do porto, num pequeno apartamento acima da “osteria” do meu pai, pois ela é importante porque nos ajuda a explicar a situação que resume de maneira, espero, bastante clara, as perspectivas da discussão que gostaria de apontar aqui. Esta “osteria” na qual passei boa parte da minha infância, além de um pequeno restaurante familiar, era uma verdadeira sede destacada da seção local do Partido Comunista e era frequentada por muitos operários, aposentados e militantes em geral. O período no qual se gera a imagem que me estimulou a empreender esta reflexão é o dos anos ’70, aqueles da crise energética, do chumbo e da tensão.

Eu, menino de quatro-cinco anos, passava entre os fregueses, de mesa em mesa, de colo em colo, ouvindo e tentando entender suas “brigas”: eles gritavam sempre, diziam sempre que não bastava trabalhar, tinha que lutar bravamente para conquistar um mundo mais justo, isto é, um mundo sem ricos e pobres, exploração, miséria e ignorância. Diziam também que nós italianos éramos “bem de vida” pois, apesar de modestos trabalhadores, ao menos estávamos empregados e podíamos mandar os filhos para a escola. Não como acontecia “una volta”, durante a guerra, ou como acontece hoje, em outros países longínquos. “Quais?” perguntei uma vez. “Na America Latina ou na África. Olha, vem aqui. Vê este homem da foto? Ele lutou contra a exploração e a pobreza, fez e ganhou a revolução e, quando virou ministro, resolveu largar o cargo para continuar na luta, lutando para os outros. E morreu lutando para os outros, para os pobres, para os camponeses!”. “Onde morreu?”. “Na Bolívia”. “Como se chamava?”. “ceghevara” (*sic*).

É verdade, aquele homem do grande pôster verde da parede do salão da “osteria” chamava desde sempre minha atenção: pela roupa parecia um militar, mas todos que passavam em frente a ele demonstravam um respeito que parecia ser religioso. Com certeza era uma pessoa importante. Então, era aquele “ceghevara”! Aquele do nome que sempre era repetido nas discussões!

Olhava para aquela foto e observava aqueles que olhavam pra ela; mas não entendia direito aquela expressão do rosto, entre o irônico e o enfurecido. O que tinha atrás deste olhar?

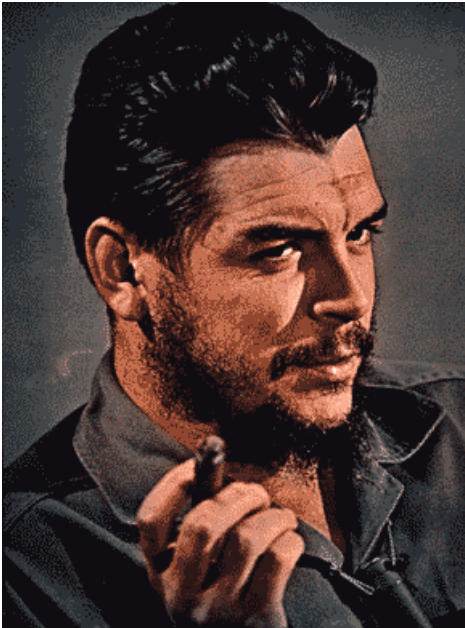


FIGURA - 1: "Che" Guevara numa entrevista em New York, 1964. Elliot Erwitt of Magnum, Personality Posters Mfg. Co., Inc. 74 Fifth Avenue New York. N.Y. 10011 Personality Posters do Brasil Ltda. N.S. de Copacabana 420/CO 1 Rio de Janeiro - Brasil

Anos depois, entendi que aquele homem severo era o médico Ernesto Guevara de la Serna, o famoso “Che”. Mas descobrir quem fora Guevara não tirava outras dúvidas: por qual motivo (político, psicológico, cultural, antropológico) um pôster de um guerrilheiro argentino (morto então há quase dez anos) era respeitado como fosse uma imagem sagrada? Como acabara numa “osteria” do nordeste da Itália? Quais mensagens mito-políticas transmitiam aos presentes?

Logo será útil esclarecer que não realizarei aqui uma reflexão sobre a carga mitológica da trajetória do Guevara. Entretanto, a partir dessa lembrança quase ancestral e tentando responder às perguntas acima, apresentarei a seguir uma reflexão com dois objetivos: recordar algumas influências políticas da modernidade que chamarei aqui “eurolatinoamericana” para sublinhar tais hibridismos culturais que aproximam histórica e ideologicamente sujeitos políticos italianos e brasileiros, e falar das migrações entre Brasil e Itália tentando contextualizá-las nas respectivas histórias políticas como movimento de pessoas, memórias e relações que se deslocam num plano histórico do passado ao presente, como pede o mandato da mesa.

Aplicar o adjetivo “eurolatinoamericano” ao termo “moderno” significa, de um lado, descrever o perfil de uma relação privilegiada entre Europa e América Latina, tanto ao longo quanto na fase de superação do domínio colonial rumo a uma época marcada por uma forte, quanto

desejada, colaboração econômica e política; por outro lado, significa reconhecer a existência de uma condição transnacional implícita ao fenômeno da modernização, que empurra os países dos dois lados atlânticos e hemisféricos a se relacionar bi- e multilateralmente através de diálogos internacionais dentro ou fora dos respectivos blocos (União Européia e MERCOSUL).

Significa também colocar ao centro da análise sobre influências políticas e hibridismos culturais a dinâmica do “contato” entre culturas políticas, uma europeia a outra latinoamericana, para tentar descrever portanto os contornos, ou ao menos o perfil, desta mestiçagem.

Com efeito, desde a difusão das ideias da “tradição social”¹ até os reflexos que experiências revolucionárias acontecidas na América Latina, sobretudo a revolução cubana, geram nos partidos e movimentos da esquerda europeia, o que proponho indicar são algumas consequências da “contração temporal” (Chackrabarty, 2004), a compressão de dois grandes e articulados planos históricos numa mesma grande cultura política, que podemos tirar tanto no plano da pesquisa histórica quanto no da ação política para o nosso contexto ítalo-brasileiro.

O que estou dizendo não é uma novidade: de fato, muitos autores já descreveram como as influências politicamente significativas entre lideranças de inspiração liberal-democrática, católico-progressista, socialista, anarquista, marxista e comunista, a partir da Revolução Francesa, na América Latina e na Europa se realizaram através da circulação de construções ideológicas veiculadas através de processos migratórios e fluxos culturais que se deslocaram de um lado ao outro do oceano num movimento circular (AA.VV., 2005; Bade, 2001; Baily, 2003; Della Peruta, 1974; Galeano, 1967; Gilroy, 2003; Hannerz, 1997; Hussey, 1962; Rolland, 2005; Toledo, 2004).

O passo adiante pretendido nos limites deste espaço diz respeito à hipótese de afirmar duas coisas:

- que na evolução do debate político contemporâneo este rearranjo da tradição social está hoje a desenvolver um papel muito relevante e particularmente “reformador” dos cânones clássicos das categorias políticas, para nos entendermos, as da “direito-esquerda”;
- que este viés ideológico, que alguns chamam de *nuevo progresismo*, como por exemplo Michelle Bachelet, ou democracia participativa, como fazem o Boaventura Sousa Santos (2003) junto a Leonardo Avritzer (2007), está a viver um período de relativa afirmação na arena política internacional, chegando a assumir algumas posições hegemônicas em alguns âmbitos políticos.

¹ No marco do pensamento social incluo as correntes cosmopolitas democrática, católico-progressista, socialista, anarquista, comunista, internacionalista, que surgem das ideias políticas iluministas de resgate das classes subalternas, contra a afirmação da hegemonia burguesa na consolidação da economia capitalista e do sistema de estados-nacionais.

Em conclusão, para atender ao objetivo de fechar o foco sobre o nosso tema dos hibridismos, direi como esta evolução da cultura política social que alguns chamam de *nuevo progresismo* (mas que já recebeu numerosas etiquetas que, no entanto, não se aplicam satisfatoriamente em nenhum dos casos – altermondialismo, novo globalismo, new globalismo, democracia participativa, empoderamento popular) implica em algumas consequências que interessam tanto ao debate historiográfico quanto à discussão política.

1 A cultura política da tradição social na modernidade eurolatinoamericana

Muito esquematicamente, lembre-se que a herança erasmiana, o racionalismo, o filão jusnaturalista podem ser considerados matrizes culturais do cosmopolitismo moderno (Bobbio, Matteucci, Pasquino, 2004). O uso do termo *cosmopolita* feito pelas doutrinas alquimistas entre os séculos XVI e XVII permite explicar não somente sua difusão terminológica, mas também as razões pelas quais esse termo possa ser colocado na base dos fundamentos teóricos do Iluminismo; para resumir basta-se pensar a ideia de *luz-verdade*, contraposta ao terror representado pela *escuridão* das trevas que induzem ao erro.

À base desta organização do *cosmopolitismo* moderno reuniam-se os conceitos do pacifismo, da tolerância, de universalismo religioso, do cristianismo racional e do direito internacional, promovidos por intelectuais como Locke, Leibniz, Bayle e Leclerc.

Contudo, o ideal iluminista, cosmopolita e internacionalista que se afirma com a Revolução Francesa na Europa abarca tendências distintas: num aspecto designa uma cooperação cívica entre os povos, preza a obtenção de uma ordem mundial pacífica e solidária garantida por um conjunto de instituições supranacionais, por outro, projeta a liberalização internacional do comércio como perspectiva liberalizante que favorece o interesse dos consumidores.

A partir dessa ambivalência, duas tendências políticas constroem seus projetos institucionais e econômicos: de um lado uma vertente solidária, do outro uma competitiva. Em ambos os casos, isto é, tanto na formação das correntes ideológicas sociais como liberais, o pano de fundo sociopolítico é constituído pela afirmação histórica da burguesia; esta classe opera por interesse privado no universo ideal iluminista, acreditando poder melhorar a ordem pós-feudal

ultrapassando os limites nacionais e criando instituições supranacionais que possam governar as dinâmicas contraditórias (que geram riqueza de forma excludente) da expansão internacional dos mercados. Essa interpretação burguesa do ideal cosmopolita e universalista, que por razões expositivas vou classificar de tradição liberal, se choca com a interpretação do internacionalismo proletário; por este viés, propõe-se um sistema de solidariedade política e econômica entre trabalhadores que ultrapasse as fronteiras nacionais na perspectiva de eliminar, pela mão revolucionária, os antagonismos entre estados (Chamamos de “tradição social” essa interpretação do ideal cosmopolita e universalista realizada pelo internacionalismo proletário, e também e pelo movimento internacional socialista).

Nesse panorama, por volta da década de ‘30 do séc. XIX difunde-se na Europa a consciência relativa a cada vez maior interligação dos sistemas produtivos locais numa rede industrial e comercial global. Além disso, os incipientes processos migratórios modernos, protagonizados pelas massas de trabalhadores europeus que migram em direção ao continente americano, provocam, de um lado, o fortalecimento ideológico e novas adesões às organizações socialistas e sindicalistas, do outro, uma veiculação internacional de ideologias diversificadas como a socialista, a internacionalista, as democráticas, a nacionalista-independentista, a anarquista e do sindicalismo revolucionário.

Como circularam entre intelectuais, atores políticos e vanguardas revolucionárias presentes na América Latina os ideais cosmopolita, iluminista e internacionalista?

A discussão e a ação políticas provocadas por essas ideias encontraram na América Latina um terreno fértil onde proliferar, em função de um contexto marcado por processos de modernização socioeconômica e emancipação política. Pairando sobre padrões de modernização e formação de Estados Nacionais diferentes entre si, identifico uma “coerência ideológica” que, num mesmo fio condutor, enlaça, por exemplo, a obra e a ação de figuras relevantes na história latino-americana como foram Simón Bolívar, José Martí, José Carlos Mariátegui e Luis Carlos Prestes; estes incorporam, organizam e representam setores sociais de alguns países da América Latina e, a partir de seus próprios movimentos migratórios, viabilizam-se como “canais culturais” por onde tramita o complexo ideológico-cultural de origem europeia.

Entretanto, a rota migratória histórica sul-atlântica, entre Europa e América Latina, é o canal espaço-temporal por onde tramitam fisicamente não somente grandes lideranças como também uma multidão de simples militantes políticos de inspiração iluminista, cosmopolita e

internacionalista; junto à quase totalidade de trabalhadores migrantes afastados de qualquer assunto político ou cultural, circulam conteúdos políticos entre indivíduos sensibilizados e grupos políticos organizados, na forma de transferências de ideias ao longo de uma distância espacial.

Segundo o historiador francês Denis Rolland, “*o modelo do nacionalismo latino-americano é de fato fortemente ligado ao Iluminismo*” (Rolland, 2005, p. 41-57); “*cronologias concordantes*” acompanham o desenvolvimento político que porta à democratização de instituições europeias e latino-americanas: por exemplo, no que diz respeito à ampliação do sufrágio eleitoral, as revoluções europeias de 1848 são acompanhadas por movimentos análogos na Colômbia, que acaba adotando o sufrágio universal em 1853 (suprimindo-o em 1886), na Argentina (Constituição de 1853), no México (Congresso Constituinte de 1856-1857), na Venezuela (1858) e no Chile (1887).

Mas o que acontece no Brasil e particularmente em Minas Gerais no momento da difusão das ideias iluministas no mundo ocidental? Em seu livro sobre a Inconfidência Mineira, João Furtado (2002, p. 155-162) relata exaustivamente as ligações que os inconfidentes mantêm com o pensamento iluminista francês e com o filão democrático norte-americano; os inconfidentes, no entanto, se colocariam num momento de redefinição dos conceitos de república, sistema representativo e democracia. O acesso a obras como o *Recueil de lois constitutives* e aos textos de Montesquieu, documentado pelos Autos de sequestro, parece ter levado os inconfidentes em Minas a relativizar suas leituras para o contexto local. Com efeito, tanto na dimensão geográfica – restrita ao território do atual sudeste brasileiro – quanto na interpretação do conceito de igualitarismo republicano – ainda marcado por um contexto social escravocrata –, os mineiros optam pela elaboração de um modelo de república mais inspirado nas tradições latinas e ibéricas que na experiência republicana norte-americana.

Se a Revolução Francesa espalha ideais universalistas na América Latina do séc. XIX e parte do XX, a Revolução Soviética de 1917 dá corpo a um modelo alternativo mas igualmente universalista; para tal tarefa, faço apenas referências a quanto já brilhantemente descrito por Angelo Trento (1984, 1988), Luigi Biondi (2007, 2008), Edilene Toledo (2004) e pela monumental obra de Emilio Franzina cuja militância intelectual quase sempre o induz a colher o caráter político do migrante, não aquele que é externalizado mas sim o que está implícito à própria condição humana, em sua propensão a comunicar sua situação para terceiros, em busca de informações e encaminhamentos (Franzina, 1976, 1977, 1979, 1986, 1992, 1995).

2 A hibridação: o pensamento social latino-americano

Para proceder rumo ao retorno das influências iluministas rearranjadas na América Latina em direção à Europa, no entanto, temos que lembrar que as décadas que acompanham a Segunda Guerra Mundial e aquelas sucessivas marcam a América Latina por acontecimentos políticos importantes. Não é somente o evento mais estrondoso a declaração do caráter comunista e internacionalista da revolução cubana, adquirido *ex-post facto*, ou o Estado Novo getulista a sacudir o subcontinente. Um historiador brasileiro como Moniz Bandeira (1998, p. 4) nos recorda como seja útil colocar a revolução cubana e outras experiências contemporâneas como fenômenos autóctones, tendo caráter nacional e democrático, caracterizando-se menos como uma consequência da confrontação Leste-Oeste e mais como “uma das primeiras – e a mais poderosa – manifestação do conflito Norte-Sul, principalmente das contradições não resolvidas entre os EUA e os países da América Latina”. Ainda segundo Moniz Bandeira, o processo revolucionário em Cuba, a partir dos anos '30, pode ser inserido no contexto de várias manifestações do nacionalismo no subcontinente como, por exemplo, a república socialista de doze dias do comodoro Marmaduke Grove (Chile, 1931), o governo do general Lázaro Cárdenas (México, 1934-40), o próprio peronismo (Argentina, 1945-1956), a revolução boliviana (1952-1964) e o regime reformista na Guatemala (1944-1954).

Em suma, a partir do segundo conflito mundial assistimos a uma efervescência reformadora e às vezes revolucionária na América Latina, expressão de uma longa gestação democrática que ainda passará pela repressão brutal das ditaduras militares do plano Condor, que em todo campo apresenta premissas que são certamente menos internacionalistas (ligadas ao pan-americanismo de Bolívar e ao internacionalismo operário) e mais nacionalistas (herdeiras da tradição independentistas e anti-colonialistas), mas que também inegavelmente se transformam numa poderosa e inédita mensagem de resgate terceiro-mundista que, sobretudo no caso cubano, vira um verdadeiro “monumento internacionalista”. Neste caso, a declaração do “caráter socialista” da revolução cubana, em abril de 1961, faz surgir o primeiro país socialista sul-americano num contexto de grande efervescência política internacional. Fidel Castro, Che Guevara e Regis Debré tornam-se os três pensadores que maior influência exercem, ao longo dos anos '60, no debate suscitado pela revolução cubana, não somente no Brasil e na América Latina (Barão, 2003, p. 260). A originalidade da luta revolucionária conduzida em Cuba, que rompe os padrões clássicos de luta

marxista-leninista centrados no partido revolucionário, está à base da marca profunda deixada na “esquerda” latino-americana e europeia.

Dessas influências não está excluído o Brasil do movimento democrático e, a partir do golpe de estado de 1964, das formações da esquerda brasileira que escolheram a trágica via da luta armada. É importante e não secundário permanecer por alguns instantes sobre este aspecto pois, a partir do AI-5 (13 dezembro de 1968 até início de 1979, o momento em que passa a “linha dura” do regime), em muitos setores políticos brasileiros atuantes dentro da tradição social amadurece a convicção de que a luta política deverá se tornar armada, ao passo que muitos militantes acabam por ser exilados do país. Essa dúplice condição compõe um dos canais pelo qual se veicula o refluxo ideológico, neste caso oriundo do Brasil, que, como dissemos antes, num movimento pós-colonial, “contrageográfico”, para lembrar novamente Gilroy (2003), acabará por influenciar a Europa, após esta fase de rearranjo político latino-americano. A luta armada, às vezes protagonista de ações clamorosas, e a luta nem sempre silenciosa mas constante do movimento democrático brasileiro, em pátria e exilado, junto ao grande esforço reconciliador promovido pela Igreja Católica, particularmente pelos movimentos ecumênicos de base e pelas comissões pastorais, articulam uma protesta social que levará de forma original à grande conquista da Constituição Cidadã de 1988.

Quero marcar aqui um primeiro ponto em relação a uma indicação que creio seja importante fornecer ao longo desta reflexão. Nesta fase histórica, seria importante conhecer qual foi o comportamento das associações étnicas italianas durante o regime militar de '64 e qual seu papel nos ambientes da resistência, democrática ou não, ao governo militar. Tanto interessante quanto seria ainda mapear quais foram os contatos entre a militância brasileira e aquela italiana neste período, levando em conta que, iniciados neste período, tais contatos se fortalecem ao longo da década de '80 e '90. Não tenho informações relativas à presença de um grande número de estudos sobre este argumento e este período histórico mais contemporâneo.

Recentemente tive a oportunidade de falar sobre esse assunto com um dos protagonistas destes contatos, o ex-subsecretário do Ministério das Relações Exteriores italiano, Donato Di Santo (governo Prodi bis), grande conhecedor e “embaixador” dos partidos herdeiros do PC italiano junto aos partidos irmanados na América Latina. Numa mensagem, Di Santo lembrou-me do “*papel que teve o PCI no acompanhamento dos processos de constituição de alguns partidos na América Latina, da ‘mutação genética’ dos expoentes comunistas e socialistas chilenos exilados na Itália,*

do 'modelo' que, ao longo das décadas de '70 e '80, foram para o PT os governos locais do PCI quando o Fórum Social Mundial ainda não fora concebido”.

Com efeito, nas décadas que seguem o fim da Segunda Guerra Mundial, se espalham os movimentos de lutas anticoloniais na África e na Ásia e os focos revolucionários na América Latina. Nesse contexto, os setores políticos herdeiros da tradição social europeia procuram pressionar as potências coloniais numa pulsão internacionalista que ganha força com o movimento estudantil e operário da década de '60. Nos dias que seguem o 9 de Outubro de 1967 quando, à medida em que a notícia da morte de Guevara espalha-se mundo afora, manifestações espontâneas de protesto e desagravo acontecem por toda a Europa. Por que aconteceram essas manifestações? A utopia da luta armada revolucionária sul-americana, o *mito revolucionário latino-americano*, já tomara conta de muitos militantes da luta política do velho continente? O que parece evidente é que tanto nas correntes armadas e revolucionária, quanto nos movimentos pacifistas e parlamentarista, o movimento estudantil, o movimento dos trabalhadores, o movimento sindical e os intelectuais realizaram em medidas distintas uma transferência de sensibilidade política que remete a simbologia política sul-americana para a praça europeia. Por um novo processo de *mestiçagem política* (desta vez invertido em relação ao que se realizara via migrantes europeus na América), a formação do militante social europeu passa a ser pautada também pela aquisição de uma vivência virtual, mas centrada, na concreta e material realidade política sul-americana: a fome, as consequências da exploração colonial, o imperialismo.

Na realidade, desde a década de '50, com a presença de muitos intelectuais latino-americanos na Itália, o interesse do cenário político converge em parte para a luta de libertação dos povos da América Latina. Não estou me referindo somente ao movimento internacionalista, mas em geral a toda a tradição social, incluindo o âmbito católico; em 1965, dois importantes homens políticos da *Democrazia Cristiana*, Saragat e Fanfani, visitam Brasil, Argentina, Uruguai, Peru, Chile e Venezuela. Um ano mais tarde, sobretudo pela intervenção de Fanfani, nasce em Roma o *Istituto Italo-Latinoamericano* (IILA), ligado ao *Ministero degli Affari Esteri*, cuja dotação orçamentária é aprovada no *Parlamento* obtendo o voto favorável da oposição comunista. O Concílio Vaticano II^o promove uma revisão cultural e política que se “abre” à *Teologia da Libertação*; em 1967, Paulo VI publica a Encíclica *Populorum progressio*.

Pergunto para o debate final: Qual papel joga, neste processo de transposição política, a relação que milhões de europeus mantiveram com a América Latina?

Na década de '70, de fato, o evento político que maiormente mobiliza a opinião pública italiana é o *golpe* chileno de 1973; extraordinária resulta a mobilização popular através da qual os italianos expressam solidariedade política e material ao povo chileno.

Para o PCI, a lição extraída da experiência do governo de Allende reside na possibilidade de afirmar o socialismo pela via democrática; no entanto, crucial é a obtenção de uma ampla base consensual que garanta a estabilidade política. Consolida-se na historiografia italiana (Guarnieri e Stabili, 2004) a interpretação que interliga os fatos políticos italianos aos chilenos: a estratégia do *compromesso storico* (que leva o PCI a fornecer apoio externo a governos de solidariedade nacional na segunda metade da década de '70), forçada pela insurgência armada e pela pressão golpista americana, resultaria da *lição* chilena, isto é, da necessidade de empreender o caminho do reformismo social-democrata na ausência de condições massificadas de adesão ao programa socialista.

Para voltar ao Brasil, recorro que neste ambiente, como dizia Di Santo, transitaram durante a década de '70 alguns dos protagonistas do atual governo do presidente Lula; penso no Marco Aurélio Garcia (ex-diretor de relações internacionais do PT, exilado na França, atual assessor especial da presidência da república), no Cesar Alvarez (outro assessor da presidência da república), até o ministro da Secretaria Geral da presidência da república, Luis Dulci, para citar alguns nomes além do próprio presidente Lula, que frequenta políticos e sindicalistas italianos do PCI e da CISL em maior medida.

No Brasil, esta fase é caracterizada pela emergência de uma cultura política que ancora sua ideia-força nas práticas de reapropriação do Estado por grupos da sociedade civil autonomamente constituídos. Para os novos movimentos sociais brasileiros, o movimento operário e sindical de inspiração socialista e comunista é considerado o *velho* movimento social; isto acontece na medida em que reivindicações não materialistas (ou *pós*-materialistas), ligadas à defesa de bens públicos (vida, ambiente, comunicação, tempo) tomam o lugar das antigas lutas materialistas ligadas à produção, à ação racional, em resumo, ao processo de industrialização. Com efeito, as questões do gênero, da paz, e (ainda) o nacionalismo são novos formatos reivindicatórios que se configuram num *locus cultural* de contestação e de luta que substitui o *campo* tradicional representado pela fábrica; ao mesmo tempo, o novo formato de luta declina a função mediadora do grande partido organizado burocraticamente em razão do surgimento de modalidades de *ação direta* protagonizadas por cidadãos ajuntados em formações autoconstituídas. Tais formações possuem

características que as unificam numa certa recusa instintiva à tecnocracia, uma vaga ideologia autogestionária, um fascínio pelo presente e uma ausência de um projeto articulado de futuro. O otimismo teórico focado sobre a ascensão dos novos movimentos sociais brasileiros da década de '70 está ancorado exatamente na ideia-força da reapropriação do Estado pela sociedade civil, autonomamente constituída. Tratar-se-ia de novos formatos políticos capazes de um radicalismo democrático e da instauração de novas relações de poder entre a esfera pública e privada, com o objetivo de levar a esfera privada para a vida pública e vice-versa. As teorias políticas da referência desta época, além da “redescoberta” gramsciana, vão de Guattari a Cornelius Castoriadis, de Claude Lefort a Foucault (Doimo, 1995).

Este campo político que assume o governo no Brasil a partir de 2003 provém, em boa medida, da experiência da esquerda tradicional latino-americana que, aniquilada pela repressão militar, soube se reconstituir e reformular, reaparecendo sob a forma de movimento social autônomo. Talvez por esta origem comum, que esquematicamente pode ser reconduzida à *tradição social* do Iluminismo e do Internacionalismo, estamos assistindo a uma espécie de releitura bolivariana das relações continentais sul-americanas. Uma das principais novidades desta como de outras novas administrações progressistas que se afirmaram recentemente na América Latina (Lula, o casal Kirchner, Chavez, Morales, Bachelet, Tabaré-Vasquez, Lugo, Correa e outros) é representada pela “consolidação da gestão da interdependência” (Negri, Cocco, 2005); com efeito, a ideia da *interdependência* representa um elemento de forte renovação política latino-americana, pois subjaz ao processo de integração continental expresso a partir das necessidades ecológicas de cada país. A diplomacia brasileira tem exercido um papel relevante na implementação de uma ação internacional finalizada à criação de um novo eixo de relações *Sul-Sul* entre os países latino-americanos, os países árabes, os africanos, a Índia e a China. O Brasil está exercendo um papel central, tanto no contexto continental que mundial, mesmo mantendo constantes e positivas relações com os EUA e a Europa. Coerentemente com uma postura multilateralista, a ação diplomática brasileira opera em vários e diversificados cenários geopolíticos, em busca não de uma seleção dos intercâmbios, mas de uma maior integração dos mesmos. Ao mesmo tempo, no caso brasileiro, a política exterior interdependente sustenta-se localmente na busca de uma nova pactuação entre setores produtivos, governo, partes sociais e movimentos autônomos em nome do apelo (por certos aspectos, fortemente populista) à obtenção do desenvolvimento econômico sustentável.

Este grande esforço renovador promovido pelas democracias latino-americanas não passou despercebido aos olhos das lideranças políticas da tradição social europeia. Vejam por exemplo como se exprime Piero Fassino, então secretário do partido italiano *Democratici di Sinistra* (DS), principal herdeiro do antigo Partido Comunista Italiano (PCI), hoje confluído no maior partido da oposição na Itália, o *Partito Democratico*, na época da eleição do Presidente Lula, numa carta aberta a este endereçada. Reporto-me a ela como exemplo, pois nela são contidos elementos que considero relevantes para a sustentação de quanto afirmei:

*“Caro Lula, caro Presidente,
[...] In questi anni hai saputo condurre il Brasile nel novero delle potenze mondiali di più alto livello, conquistando il rispetto e la credibilità che spetta ai leader del pianeta, a quelle personalità che sulla scena internazionale conquistano il cuore dei popoli e riescono a cambiare in meglio il sistema dei rapporti internazionali.”*

Não porque o diga Fassino, mas até pela realização do Congresso da Internacional Socialista em São Paulo em 2003 parece-me evidente que houve uma inversão do signo da influência ideológica exercida pelas correntes de pensamento europeu em relação à política latino-americana, tanto em direção às classes subalternas que às elites políticas. Reporto uma parte da fala do Lula na abertura do Congresso que reuniu os 170 partidos socialistas filiados no mundo, ao referir-se sobre a organização que se reuniu pela primeira vez em Londres em 1864:

“Estamos, pois, diante de um movimento que tem História. Uma História de acertos e de erros, de vitórias e derrotas. [...] Não desconhecemos as heranças do socialismo do século XX. [...] Mas pertencemos, junto com outras organizações, sobretudo da América Latina, a uma outra geração de partidos.”

Se alguém quiser procurar a Declaração de São Paulo, que foi assinada após o Congresso, verá que muitas das reivindicações multilateralistas dos países latino-americanos e, em primeiro lugar, do Brasil, foram atendidas.

Este protagonismo sul-americano e brasileiro justifica, em parte, a participação, nos fóruns sociais de Porto Alegre, de milhares de pessoas vindas da Europa e a intensa atividade editorial a isto relacionada. Ana Maria Prestes Rabelo, em sua dissertação de mestrado de 2006 pela UFMG, cita alguns números sobre os FSM: no IFSM (Porto Alegre, 25 a 30 de janeiro de 2001) 18 mil participantes, 4.702 delegados, 117 países; no IIFSM (Porto Alegre, 31 de janeiro a 05 de

fevereiro de 2002) 51 mil participantes, 12.274 delegados, 4.909 organizações, 131 países; no IIFSM (Porto Alegre, 23 a 28 de janeiro de 2003) 100 mil participantes, 20.763 delegados, 5.717 organizações, 156 países.

Termino esta parte com uma terceira citação para ser justo em relação ao processo de integração latino-americana: a presidente do Chile, Michelle Bachelet, num artigo que apareceu no jornal espanhol *El País* em abril de 2008, escreve sobre a realização em Londres do *Progressive Governance Summit*, uma reunião itinerante anual convocada por Anthony Giddens. *La Presidenta* diz que:

Emerge un nuevo progresismo en el mundo, continuador de una tradición fecunda e innovador en muchos aspectos. [...] “El nuevo progresismo es continuador de una buena historia. Los tradicionales valores del centroizquierda – la libertad, la igualdad, la solidaridad, los derechos humanos, la paz – fueron acertadamente transformados en un cuerpo de ideas y estilos políticos a mediados de los años noventa y llevados al poder con singular éxito [...] Los progresistas podemos gobernar eficientemente en la era de la globalización, los progresistas no tenemos que rendir credenciales de buen manejo económico a nadie [...]” Los progresistas también debemos hacernos cargo de los nuevos temas [...] con mayor coordinación entre Estados [...] la acción multilateral.

Por razões de espaço, seja suficiente aqui afirmar que, de um lado, a originalidade da iniciativa política internacional promovida tanto pelos governos que pelos movimentos sociais dos países periféricos do mundo está justamente sendo interpretada pelos países centrais como uma possível boa resposta às degenerações da globalização; por outro, temos que mais uma vez evidenciar que estas propostas não são oriundas de elaborações teóricas europeias ou norte-americanas, mas fruto do pensamento original de classes e populações subalternas, no plano nacional e naquele internacional.

3 O que nos dizem estes hibridismos políticos e culturais?

A esta altura, as conclusões são necessárias, além de bem-vindas. Em primeiro lugar, quero fixar um segundo ponto da minha reflexão: este diz respeito à dinâmica desta influência circular e à importância de assumi-la como novo paradigma na realização de inferências tanto no campo dos *migration studies* como também no campo dos estudos culturais e nos estudos sobre identidade e intercultural. Pensar no movimento circular como um movimento constitutivo de hibridações culturais e ações políticas é importante porque contribui fortemente ao

desmantelamento do eurocentrismo e, mais em geral, do metropocentrismo. Reconhecer esta inversão de influências acaba por resultar numa afirmação da periferia em relação à metrópole.

A hibridação da tradição do pensamento social passa assim a assumir uma essência definitivamente transnacional, na medida em que não é mais um pensamento internacional no sentido novecentista, sendo constantemente reformado, reconstruído e reformulado graças à contribuição de subculturas políticas que pertencem a diversas realidades nacionais. Estamos, portanto, a falar de uma tradição política do pensamento que funda sua existência sobre a frase da mestiçagem política, da miscigenação das ideias, da metamorfose dos conceitos e das contribuições que recebe. Isto implica num reconhecimento deste como um valor agregado e útil para o gerenciamento de uma sociedade internacional cada vez mais entrelaçada numa contínua sobreposição entre dinâmicas globais e locais ao mesmo tempo.

Com essas afirmações, estou de alguma forma me colocando no campo dos estudos pós-coloniais que operam ativamente uma descentralização da abordagem marxista, feminista e estudos culturais em geral. Por isso, o meu segundo ponto nesta contribuição é o de querer sustentar e estimular, entre os nossos jovens pesquisadores mineiros, uma maior aproximação aos estudos pós-coloniais de maneira que isso possa resultar em interessantes análises das positivas dinâmicas globais de subjetivização e das instáveis mudanças da ordem até aqui estabelecida nas relações entre centro e periferia. Nesse sentido, um dos caminhos a percorrer poderia ser exatamente o estudo dos movimentos migratórios em seus desdobramentos políticos e culturais para ver na prática como culturas periféricas (e subalternas) podem influenciar o sistema cultural metropolitano (e dominante).

Se se tiram ao menos duas conclusões no plano historiográfico, há necessidade de concentrar-se sobre o período dos anos '60, '70 e '80 no estudo das relações políticas e culturais entre Brasil e Itália e, ao fazê-lo, utilizar uma abordagem pós-colonial, permitam-me tirar uma conclusão política dessa reflexão toda. Quero dizer que, se identificamos nos temas dos fluxos, da mobilidade, dos híbridos, da recombinação e da emergência questões pertinentes para uma discussão sobre cultura e política que leve em consideração as dinâmicas da globalização e da transnacionalidade, estamos fazendo, à moda de Ulf Hannerz (1997), um trabalho de "antropologia transnacional". Isso significa muito simplesmente considerar as regiões fronteiriças como espaços privilegiados para a observação de fenômenos culturais como a *hibridez* e a *colagem* utilizando alguns instrumentos como o conceito de fluxo cultural (algo que é constantemente vivido,

recordado, armazenado, discutido e retransmitido e que implica numa constante *metamorfose da cultura*).

O que a metáfora do fluxo propõe, segundo Hannerz, é a problematização da cultura em termos processuais, não a permissão para desproblematizá-la. Uma distribuição de cultura, seja veiculada por um migrante, um objeto ou uma mídia, modifica e transcende limites com rapidez e facilidade, como acontece nas dinâmicas epidemiológicas. Observa-se, portanto, a existência de formas de "migração de significados e formas significativas a longa distância".

Concluimos que áreas fronteiriças da cultura são exploradas por deslocamentos físicos e ideológicos, promovendo uma reorganização dos recursos e realizando novas experiências. Outra palavra-chave de Ulf Hannerz é *híbrido* e outras palavras que expressam *mistura*, ou seja, tudo que possa indicar dinâmicas de *renovação cultural*. O Brasil, como sabemos, é um território que possui uma história cultural que expressa várias formas de hibridez; a Itália também e, se pensarmos bem, a grande maioria dos territórios do mundo é assim. O que isso significa? Tudo isso remete a um denominador comum, a ideia do *processo* que implica em *transformação* e *reformulação* de traços culturais.

Portanto, quero concluir afirmando um terceiro ponto que em boa medida resume o que escrevi até aqui. Quem está hoje liderando movimentos e organizações que em alguma medida se refazem à grande tradição do Iluminismo, do cosmopolitismo, do internacionalismo, da solidariedade, da inclusão social, da justiça social e econômica, deve reconhecer a importância que estas três palavras-chave reportam no centro do processo de renovação cultural. Em outras palavras, na fronteira e nos fenômenos migratórios internacionais reside um patrimônio de cultura e de renovação desta cultura que não pode ser simplesmente ignorado. A tradição social é uma expressão de mestiçagem política sem antecedentes na história que deve ser valorizada. Como? Existem várias formas de valorização que estão sendo conduzidas, da inclusão produtiva ao reconhecimento das sociedades tradicionais, da democracia participativa a todas as formas de participação social, política e cultural. Acrescento um tema que me parece ser hoje ao mesmo tempo simbólico e estratégico para a cultura política social: trata-se da concessão do voto aos migrantes internacionais.

É um tema quente e polêmico sobre o qual quero lançar algumas questões para o nosso debate: a concessão do direito ao voto aos estrangeiros residentes no exterior, tanto para participação das eleições do país de origem quanto para os países de acolhida, constitui uma

tentativa de ultrapassar o sistema de fronteiras políticas nacionais através da extensão das identidades culturais, da atuação econômica e do cooptação política?

Certamente, esse tipo de participação, onde existe, como em Portugal, revela a emergência não apenas de novos atores políticos, mas de uma porção de atores institucionais e sociais, organizações polipátridas que exprimem culturas políticas híbridas e atuam através de dinâmicas internacionais e transnacionais. Entretanto, considero necessário conhecer a fundo esta nova arena política (onde políticas públicas não convencionais são aplicadas ao campo dos fluxos migratórios, das relações internacionais e bilaterais, da internacionalização das empresas) que resulta de um processo complexo, ainda que pouco conhecido em seu significado profundo, representando talvez uma nova fase da participação política na gestão das dinâmicas internacionais.

Não tenho resposta para essas perguntas agora. Talvez seja melhor tratar de deter-se mais um pouco e perscrutar o cartaz com a foto do salão da “osteria”.

REFERÊNCIAS

Aa. Vv. *Il Risorgimento Italiano in America Latina*, Atti del convegno internazionale, 25-26 novembre 2005, Fondazione Casa America, Ancona, Affinità Elettive, 2006, p. 383.

AVRITZER, L. *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação*. Rio de Janeiro: Dados, 2007.

AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BADE, Klaus J. *L'Europa in movimento. Le migrazioni dal Settecento ad oggi*. Roma: Laterza, 2001, p. 581.

BAILY, Samuel L.; MÍGUEZ, Eduardo José. *Mass Migration to Modern Latin America*, Wilmington (DE), Resources Scholarly, 2003, p. 293 (Guido Tintori, 27).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: Quartim de Moraes, João e Aarão Reis Filho, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 1. ed. 2. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

BIONDI, Luigi. Desenraizados e integrados. Classe, etnicidade e nação na atuação dos socialistas italianos em São Paulo (1890-1930). In: *Nuevo Mundo - Mundos Novos - Mondes Nouveaux*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, n. 7, 2007.

BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 41-66, 2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G.. *Il Dizionario di Politica*. Torino: Utet, 2004.

CHAKRABARTY, D. *Provincializzare l'Europa*. Roma: Meltemi, 2004, capp. 1-2 [*Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*, 2000].

DELLA PERUTA, F. *I democratici e la rivoluzione italiana*. Milano: Feltrinelli, 1974.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, Cap. 1 e 2.

EMERSON, M. *Ridisegnare la mappa dell'Europa*. Bologna: Il Mulino, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FRANZINA, E. *La grande emigrazione*. L'esodo dei rurali dal Veneto (Marsilio 1976).

FRANZINA, E. *I Veneti in Brasile* (Accademia Olimpica 1977).

FRANZINA, E. *Merica! Merica!* Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America latina, 1876-1902 (Feltrinelli 1979, nuova ed. Cierre Editori 1994 e 2001), Venezia (Laterza 1986).

FRANZINA, E. *L'immaginario degli emigranti*, (Pagus 1992).

FRANZINA, E. *Gli italiani al nuovo mondo*. L'emigrazione italiana in America, 1492-1942 (Mondadori 1995).

FURTADO, João Pinto. *O manto de penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALEANO, Eduardo. *Le vene aperte dell'America Latina*. Milano: Sperling e Kupfer, 1997.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic*. L'identità nera tra modernità e doppia coscienza. Roma: Meltemi, 2003.

GUARNIERI, L.; STABILI, M.R. *Il mito politico dell'america latina negli anni sessanta e settanta*. In: GIOVAGNOLI, A.; DEL ZANNA, G. (a cura di). *Il mondo visto dall'Italia*. Guerini e Associati, Milano, 2004.

HANNERZ, Ulf. *Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da Antropologia Transnacional*. Rio de Janeiro: Mana, v. 3, n.1, p. 7-39, 1997.

HUSSEY, R. D. *La compañía de Caracas*. Caracas, 1962.

MORAES FILHO, Evaristo. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAIS, João Quartim de.; AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 1. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 13-58.

MORAIS, João Quartim de.; AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 1-5. Campinas: Ed. Unicamp, 1995-2003.

NEGRI, Antonio. COCCO, Giuseppe. *Glob(Al). Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. São Paulo: Record, 2005.

PAPPAGALLO, Onofrio. *Il PCI e il Terzo Mondo attraverso la rivoluzione cubana*. Le passioni di sinistra, n. 14, 2006. Edição online, disponível em: <http://www.lepassionidisinistra.info/n_14/index.htm> Acesso em: out/2009.

RABELO, Ana Maria Prestes. *A participação política em tempos de globalização: O Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global*. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal De Minas Gerais, 2006.

ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina, cultura, política e identidade*. Brasília: Editora UNB, 2005.

Santa Sede. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_26031967_populorum_it.html> Acesso em: dez/2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. (a cura di, 2003). *Democratizzare la Democrazia*. Città Aperta, Troina.

TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias*. Campinas: Unicamp, 2004.

TRENTO, Angelo. *Lá dov'è la raccolta del caffè: l'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*. Padova, Antenore, 1984.

———. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.